



Anais da Assembléia

N.º 38

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 29 DE ABRIL DE 1.981

ANO VII

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 34.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 1.981

QUARTA-FEIRA

MENSAGEM N.º 36/81

Curitiba, 15 de abril de 1981.

Presidência do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Lineu Turra.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezí, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N.º 35/81

Curitiba, 13 de abril de 1.981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio SEPL/06, celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, figurando como interveniente a Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social com o Município de ADRIANÓPOLIS objetivando a reforma e ampliação do prédio do Posto de Saúde da sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador em exercício.

—Ao Departamento Legislativo.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos de convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Estado de Saúde e do Bem-Estar Social e da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, com os Municípios adiante mencionados, objetivando a construção de micro-sistemas de abastecimento de água:

Município	data da celebração
Altônia	11/11/80
Antonina	11/11/80
Balsa Nova	16/12/80
Bandeirantes	11/11/80
Barbosa Ferraz	11/11/80
Campina Grande do Sul	11/11/80
Campo Mourão	16/12/80
Cândido de Abreu	16/12/80
Capanema	11/11/80
Cascavel	16/12/80
Congoinhas	11/11/80
Doutor Camargo	11/11/80
Enéas Marques	11/11/80
Faxinal	11/11/80
Formosa D'Oeste	11/11/80
Francisco Alves	11/11/80
Guaraqueçaba	11/11/80
Ibaiti	11/11/80
Icaraíma	11/11/80
Imbituva	11/11/80
Inácio Martins	11/11/80
Irati	11/11/80
Jacarezinho	11/11/80
Jaguapitã	11/11/80
Joaquim Távora	11/11/80
Kaloré	11/11/80
Laranjeiras do Sul	11/11/80
Leópolis	11/11/80
Manoel Ribas	11/11/80
Matelândia	11/11/80
Medianeira	11/11/80
Nova Aurora	16/12/80
Nova Olímpia	11/11/80
Nova Santa Rosa	11/11/80
Ortigueira	11/11/80
Ourizona	11/11/80
Palmas	11/11/80
Paranacity	11/11/80
Peabiru	11/11/80
Pérola	11/11/80
Piên	11/11/80
Piraí do Sul	11/11/80
Pitanga	16/12/80
Planaltina do Paraná	11/11/80
Porto Rico	16/12/80
Quedas do Iguaçu	11/11/80
Renascença	16/12/80
Rio Negro	11/11/80
Santa Fé	16/12/80
Santa Helena	11/11/80

Santo Antônio do Paraíso	16/12/80
São Jerônimo da Serra	11/11/80
São João do Ivaí	11/11/80
São José da Boa Vista	11/11/80
São José dos Pinhais	11/11/80
São Miguel do Iguaçu	11/11/80
Tapira	11/11/80
Teixeira Soares	11/11/80
Tibagi	11/11/80
Toledo	16/12/80
União da Vitória	11/11/80

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES
Governador em exercício

– Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 37/81

Curitiba, 15 de abril de 1981

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos de convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social e da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, com os Municípios adiante mencionados, objetivando a construção e/ou recuperação de instalações sanitárias de abastecimento de água em escolas rurais:

Município	data da celebração
Andirá	11/11/80
Bandeirantes	11/11/80
Barra do Jacaré	11/11/80
Cambará	11/11/80
Conselheiro Mairink	11/11/80
Cornélio Procópio	11/11/80
Ibaiti	16/12/80
Itambaracá	11/11/80
Jacarezinho	11/11/80
Jataizinho	11/11/80
Joaquim Távora	11/11/80
Leópolis	11/11/80
Moreira Sales	11/11/80
Pinhalão	11/11/80
Quatiguá	11/11/80
Rancho Alegre	11/11/80
Ribeirão Claro	16/12/80
Ribeirão do Pinhal	16/12/80
Santo Antonio da Platina	11/11/80
Uraí	11/11/80

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES
Governador em exercício.

– Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 38/81

Curitiba, 15 de abril de 1981.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos de convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social e Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, com os Municípios adiante mencionados, objetivando a construção de mini-postos de saúde:

Município	data da celebração
Altônia	23/12/80
Alto Piquiri	23/12/80
Amaporã	23/12/80
Astosga	23/12/80
Califórnia	23/12/80
Cambará	23/12/80
Cambé	23/12/80
Cambira	23/12/80
Colorado	23/12/80
Curiúva	23/12/80
Floraí	23/12/80
Francisco Alves	23/12/80
Grandes Rios	23/12/80
Guaíra	23/12/80
Guaraci	23/12/80
Ibaiti	23/12/80
Icaraíma	23/12/80
Iguaraçu	23/12/80
Imbituva	23/12/80
Iporã	23/12/80
Ivaiporã	23/12/80
Jaguapitã	23/12/80
Jardim Alegre	23/12/80
Joaquim Távora	23/12/80
Leópolis	23/12/80
Marialva	23/12/80
Marilândia do Sul	23/12/80
Mariluz	23/12/80
Nossa Senhora das Graças	23/12/80
Nova Esperança	23/12/80
Paçandu	23/12/80
Palotina	23/12/80
Paranacity	23/12/80
Paranavaí	23/12/80
Primeiro de Maio	23/12/80
Querência do Norte	23/12/80
Rio Bom	23/12/80
Rolândia	23/12/80
Rondon	23/12/80
Santa Cecília do Pavão	23/12/80
Santo Antônio da Platina	23/12/80
São Jerônimo da Serra	23/12/80
São Jorge do Ivaí	23/12/80
São Jorge do Oeste	23/12/80
São Pedro do Paraná	23/12/80
Tapira	23/12/80
Terra Boa	23/12/80
Tuneiras do Oeste	23/12/80
Uraí	23/12/80
Xambrê	23/12/80

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES
Governador em exercício.

— Ao Departamento Legislativo

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER À MESA, após ouvido o Plenário da Casa, se digne oficial ao titular da Delegacia Regional do Trabalho, em nosso Estado, General ADALBERTO MASSA, solicitando a intervenção dessa Delegacia junto à Empresa apucaranesa BALANÇA AÇORES, pertencente à RAUP e CIA LTDA., visando resguardar os interesses de cerca de 30 (trinta) operários que foram sumariamente despedidos, dia 16 do corrente, sem receberem os salários em atraso, férias e décimo terceiro, de conformidade com a legislação trabalhista vigente.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1981.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI.

JUSTIFICATIVA:

A Empresa BALANÇA AÇORES está totalmente desativada. As oficinas deixaram de funcionar desde o dia 16 do corrente, quando foram sumariamente despedidos todos os operários dessa organização, cerca de 30 (trinta) trabalhadores, os quais já ingressaram com ação trabalhista na JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO daquela cidade, visando o pagamento dos salários em atraso, mais o numerário referente às férias e o décimo terceiro salário.

Contudo, esta providência que ora solicitamos, prende-se ao fato de resguardar-se o direito dos que ali trabalharam durante tantos anos - e que podem ser esbulhados se o patrimônio da Empresa for dilapidado - sem que se efetue o pagamento a eles devido - a AÇORES tem dívidas com outras empresas, chegando a existir uns 20 (vinte) pedidos de falência, embora nenhum deles tenha ainda se concretizado.

Outra grave irregularidade que se aponta é que a AÇORES não recolhia a importância referente ao FUNDO DE GARANTIA, instituído por lei, o que resulta evidentemente, em enorme prejuízo aos que ali prestavam, com inteira dedicação, os seus serviços à Empresa.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, puvindo o Plenário, o envio de ofício ao Sr. Cel. Haroldo Ferreira Dias e Luiz Chemin Guimarães, solicitando dos mesmos urgentes providências para que sejam apurados os furtos que vêm ocorrendo em Campo Largo.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1.981.

(a) CARLOS ZANLORENZI.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento prende-se ao fato de que nos últimos dez dias foram roubados naquele município nada menos de quatro carros, coincidentemente, estes roubos vêm ocorrendo no mesmo horário e local, o que nos leva a crer que se houvesse uma ação mais efetiva da polícia local, já se teria solucionado algum destes casos.

Poderíamos inclusive sugerir que fosse efetuado o policiamento preventivo dos locais onde tais fatos vêm ocorrendo.

O que notamos entretanto, é o total descaso por parte das autoridades locais, atraindo assim marginais que passam a agir com toda a liberdade.

Existe ainda a total falta de cooperação entre as delegacias do Estado e a própria polícia rodoviária.

Salientamos ainda o fato de que nos últimos meses, vários veículos foram roubados sem que até o momento tenha sido algum recuperado.

Sendo assim, acreditamos que seria de muita valia a intervenção do Secretário da Segurança, bem como do Diretor da Polícia Civil, no sentido de apurar os acontecimentos, bem como instruir a delegacia local como agir em tais casos.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que se officie ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes - NIVALDO ALMEIDA NETO, no sentido de solicitar Auxílio Financeiro para construção de Terminal Rodoviário no Município de Jesuítas.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1.981.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação fundamenta-se na crescente necessidade que sente a população do Município de Jesuítas de ter um Terminal Rodoviário com capacidade para receber passageiros que embarcam e desembarcam diariamente vindos de outras localidades.

A atual estação rodoviária é precária e sendo Jesuítas um Município recentemente criado, a construção deste terminal beneficiará toda a coletividade daquele município.

Por esta razão, pedimos a aprovação dos nobres colegas Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desde que fomos investidos do primeiro mandato de Deputado Estadual, procuramos traçar um plano de ação visando alcançar das autoridades superiores, o atendimento de obras estruturais que precisavam ser feitas no Oeste do Paraná.

E uma das mais necessárias, de participação efetiva concreta e imediata do Governo do Estado, era a implantação física e formal da Universidade do Oeste do Paraná.

Conseguiu-se, com muito esforço, a instalação dos cursos necessários à transformação da FECIVEL em Universidade.

Ocorre o seguinte: que desde a primeira instalação, ou da instalação da primeira faculdade, ou do primeiro curso na Faculdade de Cascavel, o Município de Cascavel tem suportado praticamente sozinho os ônus correspondentes ao funcionamento desses cursos.

E depois de muitas gestões de professores, de alunos, dos estudantes secundários e de entidades ligadas ao ensino superior do Oeste do Paraná, além da Câmara Municipal de Cascavel, vejo que, também a ala jovem do Partido do Governo, se acordou para este problema, que não é um problema local de Cascavel, mas se refere a uma gama considerável de interesses ligados à cultura da região Oeste do Paraná.

A esta reclamação tem sido feita reiteradamente por várias autoridades com poderes políticos suficientes para sensibilizar os escalões superiores.

Provavelmente, depois do PDS manifestar a necessidade de instar também, de se declarar também, favorável, de engajar-se nesta luta de conquista da Universidade do Oeste, provavelmente o Governo se sensibilize, e é possível até, sem risco de erro, dizer que o Governo poderá atender, tendo em vista um pedido, também, da ala jovem do PDS.

O que mais temos a dizer, Sr. Presidente, é que, mais uma força se soma ao esforço de todos os estudantes, de toda

a população interessada na instalação dos cursos do Oeste do Paraná, mais este esforço se soma ao esforço da Comunidade do Oeste do Paraná.

E o que esperamos do Ministério da Educação, da Secretaria da Educação, do Conselho Estadual e do Conselho Federal da Educação, do Governo do Estado do Paraná e da Presidência da República, e do General Rubem Ludwig, é que realmente o Oeste do Paraná seja contemplado com a Universidade.

Mas, não uma universidade particular, não uma universidade que só permite o acesso daqueles que são afortunados pela sorte, e têm poder aquisitivo suficiente para pagar as mensalidades, que são altíssimas, dos cursos ministrados pela FECIVEL.

Para concluir, Sr. Presidente, aqui, mais este apelo, ao mesmo tempo que nos congratulamos com o posicionamento desses jovens que, por erro ou acerto, estão vinculados ao Partido do Governo, ainda que fosse desejável que procedessem a um raciocínio mais lógico, a um exame de consciência mais profundo, analisando a estrutura do ensino e da administração brasileira, para encertar, juntamente com outros segmentos, uma luta para se instalar, no País, um regime realmente democrático, onde pobres e ricos pudessem fazer os seus cursos superiores, aprimorando assim a ciência, o saber e a própria convivência nacional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Romero Filho.

O SR. ROMERO FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“A situação da pecuária no Paraná tende a piorar de ano para ano, em virtude da errada política que o Governo adotou. O desânimo se apossou da classe dos criadores, porque a descapitalização se processa em ritmo acelerado e muitos deles desistem de suas atividades antes que a falência lhes traga vergonha e miséria.

O quadro da realidade é o seguinte:

As terras estão atingindo preços inalcançáveis. Não há cultura agrícola nem rebanho de gado que compensem. Ninguém se atreve a investir, hoje em dia, na compra de terras, para plantar capim. A rentabilidade desapareceu das lides pecuaristas, e ninguém é suficiente louco para queimar dinheiro.

O INCRA, por sua vez, paralelamente ao preço da terra, está contribuindo para o maior encarecimento dela, pelo aumento de 2.500 a 3.000 por cento na cobrança do Imposto Territorial Rural. A distinção entre propriedade produtiva e improdutiva ficou apenas no papel, e todos os proprietários são escorchados.

Concentra-se no centro-sul do Estado a atividade pecuarista, onde as terras são super ácidas, e onde o pasto natural é fraco e ralo. O criador se obriga, portanto, ao plantio de pasto artificial, seja o colômbio, o napier ou a estrela africana. Nas regiões mais frias, o trevo e o azevém. Para esse fim, entretanto, urge a calagem do solo, para correção da super-acidez, e a adubação química. Máquinas agrícolas são postas em movimento, para a preparação da terra, e as sementes precisam ser selecionadas, sob pena de fracasso no plantio, e perda total do dinheiro das despesas. A mão-de-obra está escasseando no campo, mesmo a não qualificada, e custa caro.

O criador caprichoso se preocupa sempre com a renovação dos rebanhos, através de matrizes e de reprodutores selecionados. É o cuidado pelo aperfeiçoamento progressivo do gado, a fim de que seja mais sadio e com mais carne. A melhor oportunidade de verificação é representada pelas exposições e feiras. As feiras de bezerros constituíram inspirada inovação, de uns anos a esta parte.

O pecuarista, regra geral, está descapitalizado. Precisa recorrer, pois a financiamentos bancários, para a aquisição de novos espécimes. O choque de sangue ou a boa qualidade dos produtos adquiridos visam o aprimoramento do nosso gado bovino. Quem se atreve, porém, a pagar financiamento, com 74 por cento de juros ao ano? A que preço ficarão então, o bezerro, a matriz ou o reprodutor? Não há criador que aguento tamanho ônus.

Se houver necessidade de estabulamento do gado adquirido, o custo crescerá em proporção geométrica, em virtude do apelo às rações balanceadas e aos medicamentos, nem sempre confiáveis.

Tudo está pela hora da morte, e muitos dos produtos pagos a peso de ouro, são fraudados pelos fabricantes. Um grande produtor de leite, por exemplo, está movendo processo, no Rio Grande do Sul, contra um laboratório de multinacional, por haver aplicado em seu gado, vacina anti-aftosa de fabricação do mesmo, e daí é que a aftosa se propagou, havendo o leiteiro perdido vacas e bezerros de raça, com prejuízo de cerca de cinco milhões de cruzeiros, além do lucro cessante de 700 litros de leite a menos por dia.

O Governo faz de conta que ignora todo esse montante de despesas e de riscos. Não protege o criador e nem o consumidor.

Estamos verificando a queda contínua do preço do gado em pé. Se, há tempos atrás, a arroba fora vendida a 1.800 cruzeiros, esse preço caiu, hoje em dia, para 1.300 e 1.700 cruzeiros.

Diante do volume de despesas que vimos alinhavando, o preço atual do gado em pé dá prejuízo, porque está abaixo do custo de produção.

Há pecuarista desesperado, por não poder pagar os juros, quanto mais os financiamentos no banco. O trabalho de uma vida inteira se esborôa, da noite para o dia. A miséria lhe ronda à porta, e é cada vez maior o perigo de perder a propriedade rural, ante sua iliquidez.

Estranho fenômeno se observa, todavia. Apesar da baixa acentuada do preço do gado em pé, não se registra a paralela contenção de preços nos açougues.

Ao contrário, a carne verde sobe a cada dia. Desapareceu da mesa do pobre e do remediado, e, dentro em pouco tempo, só figurará na mesa dos muito ricos. Quem suporta pagar 130 cruzeiros pelo quilo da costela, ou 400 cruzeiros pelo quilo de filé?

Não se percebe a ação fiscalizadora e repressora da SUNAB, o órgão especialmente criado para garantir o abastecimento. Cada marchante cobra o que quer, e não faz questão de freguês.

A minoria, que concentrou em suas mãos a renda nacional, arremata o que houver, pelo preço que for pedido, sem hesitação e sem pechincha. O Zé-povinho não tem vez. Que passe fome.

Outro fator que contribuiu para a manutenção em alta do preço da carne verde reside na interferência dos frigoríficos. Compram eles todo o gado disponível para o abate, nesta fase de retração e de baixa.

A industrialização da carne lhes garante lucros exorbitantes, e faz sumir o produto do mercado. Existem frigoríficos que mantêm, nos grandes centros como Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, etc., a rede de açougues, através da qual aumentam desproporcionalmente os seus lucros.

Há os que sonegam o ICM e o IPI, porque a fiscalização fazendária é falha e inepta. Constata-se, tristemente, que o atravessador é o único a enriquecer, à custa do explorado criador, que arca com todo o ônus da produção bovina.

Estamos em plena safra do boi gordo. É vender agora ou arrostar o inverno que se aproxima, quando a falta de pastagem lega o gado ao emagrecimento. Os compromissos em banco

estão a empurrar o criador para um mau negócio, pois têm: de sujeitar-se à oferta baixa dos frigoríficos e dos marchantes. Se o consumidor tirasse vantagem, ainda poderia ser justificado o prejuízo do criador. Isso, contudo, não ocorre.

A SUNAB não funciona; o povo que fique só na polenta, e que o intermediário fique cada vez mais rico.

O Governo está matando sua galinha de ovos de ouro. Não esqueça que povo com fome é povo revoltado capaz de todas as violências”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. AGUINALDO PEREIRA LIMA — Pela ordem, Sr. Presidente. Solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) A Mesa defere. (É feita a chamada nominal dos Srs. Deputados) :

Há quorum para continuidade da sessão.

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sei perfeitamente que é até cansativo por parte dos nobres Pares, como também é cansativo para nós, a luta que estamos desempenhando em busca de uma sociedade segura, tranqüila e ordeira.

Se de um lado buscamos a tranqüilidade de uma cidade, de outro lado encontramos aqueles que legalmente estão constituídos para dar essa segurança, praticando a desordem e promovendo a insegurança no meio social.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, volto à Casa para denunciar, novamente, a Polícia de Apucarana, na pessoa de seu Delegado, o Dr. Rubens Duski, já conhecido no Norte do Paraná como o novo “Natei”, o “natelzinho” de Apucarana.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na última sexta-feira, dia 27, em Foz do Iguaçu, a Polícia prendeu dois elementos que se dirigiam ao Paraguai; um, funcionário da Binacional Itaipu, o outro, um elemento de Apucarana que teria assumido o compromisso com uma das “gangs” sediadas em Apucarana, de levar o carro até Foz e entregar ao funcionário da Binacional, e este usando um crachá da empresa, transportá-lo para o lado do Paraguai.

Os presos, com chassi de carro remarcado, documentação falsificada, na Delegacia de Polícia de Foz do Iguaçu, declararam que lá estavam porque faziam parte de uma “gang” sediada em Apucarana, e cujo chefe era o Sr. José Noqui, comerciante em Apucarana.

A denúncia feita em Foz foi transmitida para Apucarana ao Sr. Delegado de Polícia, para que lançasse mão do Sr. José Noqui e aquele, comunicando com antecedência ao comerciante, que iria mandar a polícia, deu condições para que o comerciante se evadisse da cidade.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem compareceu, após permanecer escondido no final de semana, o tal comerciante em Apucarana, e disse que nada tem a ver com a prisão dos dois elementos em Foz, e que isto estava sendo imputado à sua pessoa, que seria obra do Deputado Scarpelini, no sentido de se promover.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós temos conhecimento que, na terça-feira, o Sr. José Noqui ao fazer um acerto com a polícia, completou o acerto, pagando através de um cheque do Banco Noroeste a importância de seis mil cruzeiros, que era um complemento de um pagamento com a polícia de Apucarana.

Agora, o que não entendemos, é a omissão do Sr. Secretário de Segurança, diante de tantas denúncias, de fatos concretos que já foram motivos de inquérito policial. O Sr. Secretário da Segurança não toma providência alguma . . .

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) A Mesa comunica ao nobre Deputado que Vossa Excelência tem um minuto para concluir sua oração.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — ... o que nos leva a crer que existe a convivência do Sr. Secretário de Segurança com determinadas “gangs”, porque um homem que está hierarquicamente abaixo a ele, que é o Delegado de Polícia de Apucarana, está ligado — e ele não pune, entendemos nós que pela omissão, ou então até por outros meios ou razões — ele não age.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é lamentável que isto venha ocorrendo. Deixamos aqui o nosso protesto contra a Polícia de Apucarana e também contra o Sr. Secretário de Segurança, pela omissão, pela negligência com que ele vem conduzindo o servilho que lhe é afeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador) :

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Concedo a palavra ao nobre Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia 17 de março passado, apresentamos nesta Casa um requerimento encaminhado ao Sr. Governador do Estado, no qual solicitávamos estudos para ampliação das isenções das taxas judiciárias.

Tal expediente, aprovado por esta Assembléia, dele nenhuma outra notícia tivemos, não obstante já tenham se passado quase 50 dias.

Tal medida adotamos, na ocasião, tendo em conta a Lei 7426, sancionada pelo Sr. Governador e que promoveu um violento aumento na cobrança da Taxa Judiciária, transformando a Justiça numa justiça de elite.

Fizemos alusão ao Governador Chagas Freitas, que fez uma reavaliação do decreto por ele assinado, e acabou por isentar, da Taxa Judiciária, todas as pessoas que ganham menos que quatro salários mínimos.

Apelamos então, para que o exemplo dado pelo Governador do Rio de Janeiro, pudesse ter acolhida junto ao Governo do Estado do Paraná. Hoje, estamos tomando conhecimento de que a OAB, Secção do Paraná, em sua reunião da última segunda-feira, entendeu ser inconstitucional a Lei 4726/80, que aumentou a taxa judiciária, e por esta razão, já designou uma comissão composta pelos Conselheiros Mansur Theófilo Mansur, Mauro João Salles de Albuquerque e José Eduardo Camargo, para elaborar representação ao Procurador Geral da República, visando com isto a ação declaratória da inconstitucionalidade da lei.

A opinião da OAB é a mesma. O referido aumento da taxa judiciária eletiza a Justiça e veda o acesso ao Judiciário, às pessoas de menor poder aquisitivo, dificultando o exercício do direito e afrontando o mandamento constitucional, de que a Lei não pode ofender o princípio de igualdade, sendo inadmissíveis óbices colocados diante dos menos favorecidos para obtenção dos serviços judiciários a quem têm direito.

Queremos, dando este posicionamento da OAB, Secção do Paraná, continuar insistindo junto ao Sr. Governador, para que examine o requerimento que apresentamos no dia 17 de março.

E estamos seguros que o atendimento de uma injeção, no exemplo do ocorrido no Rio de Janeiro, onde quem ganha até quatro salários mínimos está isento da Taxa Judiciária, poderia solucionar o grande impasse criado pela Lei 7426.

Isto porque, se a base principal em que se lastreia da existência da inconstitucionalidade da lei está num afronto ao mandamento constitucional, que determina que a Lei não pode ofender o princípio da igualdade, estou seguro de que seguido

aqui o exemplo que tivemos no Rio de Janeiro, dado pelo Governador Chagas Freitas que, depois também de ter procedido o aumento da taxa judiciária, soube voltar atrás, soube ouvir a grita dos advogados, soube ouvir a grita dos menos favorecidos, que passavam a não ter condições de se utilizar da Justiça, ele lá, acabou permitindo e trazendo um novo artigo em que permitia a isenção da taxa judiciária a quem perceba até quatro salários mínimos no Estado do Rio de Janeiro, entendo que aqui também poderíamos ter este mesmo caminho se, pelo menos aquilo que se pondera, fosse acatado através do Governo.

Vamos evitar, Srs. Deputados, cada um de per si, especialmente a Bancada governista, que intercedesse junto ao Sr. Governador do Estado, porque tenho para mim que vai ficar triste, melancólico e vexatório se, através da Procuradoria Geral da República, chegarmos a ter a declaração da inconstitucionalidade de uma lei encaminhada pelo Governador e votada por esta Casa e sancionada pelo Sr. Governador.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Wilson Fortes.

O SR. WILSON FORTES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendíamos apresentar um requerimento de apelo a Sua Excelência o Sr. Governador Ney Braga, a fim de que, após ser apreciado por esta Casa, fosse encaminhado ao Sr. Governador, com o objetivo de um pronto atendimento ao Município de Nova Londrina, situado lá no Noroeste do Estado do Paraná, município que sempre tivemos a honra e satisfação de representar aqui nesta Casa.

Mas, procuramos, ao chegar em Curitiba, tomar conhecimento das medidas imediatas do Governo, através de toda a sua equipe, e declinamos deste requerimento e o transformamos apenas em um agradecimento ao Governador do Estado, pois sabemos que, logo ele tomou conhecimento daquele vendaval que desabou sobre o município tão importante para o Estado, que conhecemos há mais de vinte anos, cujos companheiros, amigos leais, sempre estiveram ao nosso lado nas nossas jornadas políticas.

Foi uma vendaval que trouxe, realmente, conseqüências profundas para aquela comunidade, tendo mais de 50 por cento de suas casas praticamente semi-destruídas, prédios públicos, prefeitura, matriz local. Mas, aquele povo, ativo como sempre foi, a par da ajuda objetiva do Governo do Estado, há de procurar se recuperar, reconstruir suas casas, os prédios públicos, e fazer com que a bela cidade de Nova Londrina, o município tão importante de Nova Londrina, que estava prestes a inaugurar uma usina de álcool na próxima semana, teve que adiar essa inauguração, sem data marcada.

Há pois, aquele povo, somando os seus esforços e seus ideais, ao par da ajuda objetiva do Governo do Estado, através de toda a equipe administrativa, de se recuperar num prazo mais curto possível, e voltar a dar alegria a toda a sua população e a ajudar a conduzir, este nosso Estado do Paraná, oferecendo sua contribuição na área econômica, para que o Paraná continue no seu processo acelerado de se transformar num dos grandes Estados da nossa União Federativa.

Fica aqui, pois, registrado, o nosso agradecimento ao Sr. Governador, ao mesmo tempo que comentamos aquele episódio tão desastroso para aquela comunidade, episódio que já deve ser do conhecimento da Casa, mas como chegamos hoje de viagem, procuramos aqui, através da tribuna desta Assembléia Legislativa, tecer comentários a respeito da catástrofe que caiu sobre aquele importante município do Noroeste do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE. — (Gilberto Carvalho) Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“O Poder Legislativo do Paraná não é uma assembléia menor, uma reunião de políticos provincianos que não se dão conta do que acontece no mundo.

Com muito orgulho, temos tratado aqui de todos os tipos de problemas: regionais, estaduais, nacionais e internacionais, no exercício de representar o povo do Paraná e de tentar esclarecer como se ligam problemas que à primeira vista não parecem dependentes, interdependentes.

Sugiro que o Governo Federal, através do Ministério das Relações Exteriores, faça saber ao Governo e ao povo da Polônia, ao Governo e ao povo de Nicarágua, e ao povo de El Salvador, seu apoio à sua luta pela independência nacional e por sua autodeterminação de povo livre e soberano.

A ameaça de invasão da Polônia é um fato real. Há antecedentes em tal tipo de iniciativa dentro do chamado bloco socialista. Embora se reconheçam as especulações feitas pela imprensa internacional e as manipulações diplomáticas dirigidas tanto contra a União Soviética, o Pacto de Varsóvia e à própria Polônia, não há dúvida de que houve uma intromissão soviética no Afeganistão, como houve violenta agressão contra o povo tcheco, e que se mantém até hoje.

Temos no Brasil, especialmente no Paraná, um contingente apreciável de poloneses imigrantes que aqui se integra e convive para construção do Brasil. Nosso Governo tem a obrigação de dizer aos soviéticos, também, que apesar de seus propósitos de cultivar relações econômicas e culturais com aquela grande nação, não ficará inerte a qualquer tentativa de agressão ao povo polonês.

Acredito que uma agressão soviética ou do Pacto que ela encabeça, contra o povo polonês e sua soberania, deverá levar o Brasil — apesar de suas dificuldades econômicas — a uma atitude de ruptura contra os eventuais agressores da Polônia.

Mas, deve nosso Governo, ao mesmo tempo, apesar de independente de suas dívidas para com os Estados Unidos, demonstrar que é inaceitável a forma de pressão e intromissão em assuntos da República Livre da Nicarágua. E que o envio de assessores militares a El Salvador, juntamente com grande quantidade de armas é uma violação dos direitos do povo salvadorenho e uma política expansionista, intervencionista e colonialista, que não pode mais ser aceita no mundo.

Esta é a posição que deve ter o Governo brasileiro sobre as questões emergentes da Polônia e da América Central.”

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Dando seqüência ao uso da tribuna, nesta semana, para abordar temos relativos ao “Dia do Trabalho”, conforme decisão do nosso Partido, a nível nacional, hoje, em nome da Liderança, haveremos de prestar nossa homenagem ao homem do campo, abordando assim, o tema da reforma agrária, que vem no sentido patriótico do desenvolvimento do nosso País, da capacidade produtiva, aos trabalhadores da terra e o seu direito de produzirem e alcançarem assim, dignidade de vida.

Tornou-se modismo oficial explicar os movimentos populares contemporâneos como uma paradoxal manifestação de revolta dos privilegiados. Supostamente, em nosso País, estariam protestando homens mergulhados na mais brilhante pros-

peridade de toda a História.

Afinal, como explicar 17 anos de regime militar e justificá-lo sem afirmar que produziu neste País o milagre econômico e um correspondente bem-estar social?

Essa explicação, pelo absurdo, pode dar ao elegante paradoxo, servindo de passagem para justificar que contra a irracionalidade, só mesmo a razão irracional do arbítrio.

Mas chegamos, Sr. Presidente, àquele ponto em que já não é possível iludir o grande conjunto da nossa população e que já não se pode explicar a crise econômica como o simples reflexo da disputa do mercado entre dois grandes grupos monopolistas estrangeiros, em que já não se pode explicar a taxa de inflação pelo preço de alguns legumes, em que a dívida externa não pode ser creditada apenas aos árabes.

Chegamos ao ponto em que a crise econômica desnuda todos os aspectos mais irracionais da nossa sociedade e suas principais vítimas, os trabalhadores.

A imensa maioria de brasileiros que tem apenas o seu trabalho para prover o seu sustento. No Paraná, um Estado agrário, observamos nos últimos anos, um dos efeitos mais evidentes dessa irracionalidade econômica e social, por tanto tempo louvado pela propaganda oficial e pelos porta-vozes do regime.

Aqui, o milagre gerou uma massa de párias e que estão voltados os mais elementares recursos à ascensão e progresso na sua condição de seres subumanizados por um processo histórico e uma estrutura social que põe sob as suas condições de crise, à mostra, as suas características injustas e irracionais.

Injustas mas vigentes na sua ação castradora da nacionalidade como um todo.

Estima-se hoje que no Paraná existe cerca de 800 mil bóias-frias. Constitui uma parte significativa dos trabalhadores deste Estado, que vive no limiar da sobrevivência, alugando a sua força de trabalho por pagamentos aviltantes, como a média de apenas 13 dias por mês de trabalho assegurado.

Segundo a pesquisa da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, 58 por cento toma apenas café ou chá pela manhã e somente 28 por cento alimenta-se com pão e café.

No almoço, 38,43 por cento alimenta-se com feijão e arroz, 26 por cento acrescentam verduras, 23,9 por cento acrescentam farinha de mandioca ou qualquer alimentação à base de hidratos de carbono.

Esta é a crua e desnuda verdade. O valor do salário pago a esse trabalhador volante no campo, varia ou variava em 78, entre 54 a 80 cruzeiros por dia, e ele não tem qualquer direito a benefício da previdência social.

Aliás, poderíamos dizer que nessas condições, todos os dias é testado o seu direito à vida; a expectativa de vida entre os bóias-frias do Estado não ultrapassa aos 40 anos de idade.

Este eu diria, Sr. Presidente, é o retrato mais vivo do paranaense trabalhador, homem marcado pela miséria social, obrigado a trabalhar intensamente para ter o mínimo necessário para a reprodução da sua força de trabalho, além da instabilidade e insegurança que determinam a sua condição de trabalhador temporário, os trabalhadores permanentes já são pessimamente remunerados, os bóias-frias do Paraná são tratados nas relações de trabalho, como força escrava, escravidão branca, escravidão humana, subjugada pela violência social de que todos participamos e também somos responsáveis.

Onde a raiz desta violência que faz do nosso trabalhador vítima da insanidade que deseja o lucro ao preço de uma horda de ofendidos e humilhados, milhares. Milhares de deserdados que tiveram seus destinos gravados pela fome, pela doença, pela mortalidade precoce. O que explica esta situação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o mesmo modelo econômico tão louvado neste Parlamento. A fonte desta miséria que habitamos a reconhecer em nossa paisagem social e que já não constrange quem está no Poder ou dele se beneficia, está na pró-

pria política governamental, que estimulou um padrão de acumulação de capital no campo, gerando uma mão-de-obra assalariada desprovida dos meios de produção.

O que aconteceu, senhores?

Em nossa história recente, foi uma rápida construção da propriedade que se aliou a outros fatores, para liberar mão-de-obra rural, substituição de culturas, expansão das pastagens e mecanização da agricultura. Por detrás deste processo, o estímulo a uma agricultura que se resolveu denominar "empresarial" e, totalmente voltada para a produção dos bens de exportação, cujos mecanismos de controle e denominação, estão fora do próprio sistema agrícola, para não dizer, fora do próprio País.

Tem o aparte o nobre Deputado.

O Sr. Renato Bernardi — Deputado Gernote Kirinus, eu não queria interromper o brilhantismo com que Vossa Excelência vem conduzindo um tema nesta semana de reflexão, que o PMDB se utiliza do Grande Expediente, do Horário da Liderança, para exatamente pensar no "Dia do Trabalho", o "dia do trabalhador".

Mas, Vossa Excelência veja, na sua condição de Parlamentar, mas também na sua condição de pessoa interessada com a promoção humana, a promoção social que este País tem hoje, cerca de 43 milhões de habitantes, desassistidos, à margem totalmente do processo social.

Veja Vossa Excelência que todos nós, que viemos das mais diversas partes do Brasil, acreditando ser o Paraná o ponto de encontro do progresso, do futuro e do desenvolvimento, que tínhamos uma perspectiva pela frente na década de 40, quando aqui viemos.

Hoje, observamos um Estado esvaziado, com sua grande riqueza, que são as suas fronteiras agrícolas, totalmente voltadas para o mercado externo.

E é evidente que hoje o Governo pode inclusive, se vangloriar de ter diminuído o número de bóias-frias no Paraná, de cerca de um milhão de trabalhadores avulsos, para cerca de 650 mil.

Mas, os dados estão aí a mostrar o engrossamento das grandes cidades, onde a qualidade de vida cai assustadoramente.

E veja Vossa Excelência, que na semana anterior, quando o nosso Partido usou também uma semana para refletir sobre o tema da "Saúde para Todos", constatamos que os índices de mortalidade infantil, que é exatamente o primeiro direito que todo o cidadão tem, que é a própria vida. Os índices de mortalidade infantil neste País, no décimo sexto ano da implantação do autoritarismo nesta Nação, esses índices voltaram para os dados de 1918.

Então, uma população que não consegue se manter, um País que tem 40 por cento da sua população à margem do processo social, do processo econômico e especialmente o processo político, ela está perdendo a atual geração.

Mas, se também não consegue dar uma perspectiva diferente para os seus filhos, para as suas famílias, nós estamos correndo o grave, o sério risco e não só a grande responsabilidade de estarmos perdendo a geração futura.

Veja as discrepâncias que existem hoje, um interno da FUNABEM no Rio de Janeiro, custa aos cofres públicos o equivalente a sete salários mínimos. Entretanto, o trabalhador brasileiro é obrigado a sustentar a ele, à mulher e a três, quatro filhos, com um salário mínimo. E hoje, observamos no Brasil, cerca de 10 a 12 milhões de desempregados, sem contar os sub-empregos. Numa Nação que não consegue dar ao seu trabalhador o direito à vida, não pode pensar também em outras coisas mais.

São dois Brasis, o Brasil da fachada da modernidade, o Brasil da Ponte Rio-Niterói, o Brasil da Ferrovia do Aço, o Brasil do Maracanã lotado, o Brasil da Transamazônica, o Brasil do

Projeto Nuclear e o verdadeiro Brasil dos brasileiros, onde falta arroz, feijão, falta o que comer, falta saúde, falta educação.

Pergunto a Vossa Excelência, o que iremos comemorar no dia primeiro de maio. Será uma festa, será um feriado, uma comemoração, ou será o dia do ato de contrição de ver o que é que este País está fazendo para as classes trabalhadoras?

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço seu aparte, que vem ilustrar ainda mais o quadro degradante em que está abandonada a classe dos trabalhadores.

Um verdadeiro massacre, uma opressão, criados pelo exército da sombra que ronda o Palácio do Planalto e os interesses do capital estrangeiro que criaram e deixaram o trabalhador na condição de espoliado, doente, sem habitação, e hoje ameaçado inclusive de ficar sem trabalho, e aqueles que realmente estão sem trabalho ou num sub-emprego, como é o caso dos bóias-frias.

Toda esta realidade, nobre Deputado, num País agrícola como o nosso, é evidente que recai diretamente e com maior violência sobre a cabeça do trabalhador rural.

Concedo o aparte ao Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — Deputado Kirinus, este é um País gozando. Ao meio-dia, assistia pela televisão o Sr. Secretário de Indústria e Comércio e toda uma comitiva, tecendo loas a uma “bodega”.

A “bodega” agora tem outro nome, no meu tempo este era o nome, agora é Shopping Center.

Bom, este negócio de Shopping Center precisa ser muito esclarecido, porque, quando se pensou fazer um Shopping Center em Pinhais, o Prefeito de Curitiba quis intervir, porque lá não podia fazer. só que agora vão fazer um aqui pertinho, depois de toda polêmica, vão fazê-lo aqui onde era dos Irmãos Müller.

Mas isto é outra história. O Secretário da Indústria e Comércio do Paraná, hoje pela televisão, se regozijava que este “bodegão” que é o Shopping Center de Pinhais, porque agora é outra coisa, perdemos até a capacidade de “bodegear”, temos de trazer um “Shopping Center, Carrefour, este “bodegão” vai empregar três mil pessoas. Coisa notável.

Provavelmente estas três mil pessoas serão exatamente aquelas que serão desempregadas nas diversas esquinas dos bairros de Curitiba, onde há suas “bodeguinhas”, porque agora o grupo precisa ir para as multinacionais. Mas não é paradoxal que na Semana do Trabalho, às vésperas do “Dia do Trabalho”, um Secretário de Estado tem que soltar foguetes e ir à televisão dizer que conseguiu três mil empregos a mais?

Esqueceu de afirmar que estes três mil empregos naturalmente serão desempregados de outros locais.

Mas o paradoxal é que este Paraná resolveu, de repente, trazer cubanos para o Brasil. E junto com o Carrefour, o Shopping Center, está chegando uma comissão da ONU para verificar as condições: de trabalho dos cubanos que vieram para Campo Largo.

Campo Largo que, como toda a cidade paranaense, também é rodeada de favelas, tem em seu bojo, um grupo de cubanos muito bem falantes, inclusive artistas, que há dias diziam na televisão que não se submeteriam a ir trabalhar numa cidade como Cascavel porque é muito longe, e não foi por isto que vieram ao Brasil. Vejam o paradoxo da coisa.

Quanto se criticou Fidel Castro por mandar cubanos para a rua. Que coisa boa ele fez, limpou as suas prisões e limpou daquele bando de vagabundos que estavam lá. Provado está aqui no Paraná.

Hoje, diretamente do Aeroporto, o Canal 12 entrevistava pessoas que estavam aguardando os membros de uma comissão da ONU para verem porque os cubanos estão desempregados no Brasil e no Paraná. Este País é realmente paradoxal, não só

desemprega seus bóias-frias como importa desempregados e depois não consegue cumprir os compromissos que assumiu internacionalmente para dizer que é um País democrata, está na fachada de democrata.

Porque, convenhamos, deveríamos é ter vergonha de trazer até mesmo aqueles banidos de Cuba. Como é que ficam os detratores de Fidel Castro, quando mandaram para cá, agora e aí estão em Campo Largo, pertinho, preocupando o Secretário da Indústria e Comércio, preocupando as autoridades do Paraná e as autoridades brasileiras, uma meia-dúzia de vagabundos que não querem se submeter a ir a Cascavel?

É, realmente Cascavel, uma cidade como Francisco Beltrão, como Londrina, como todo interior, para quem trabalha. Porque estes que estão no Governo, essa elite curitibana, essa côrte curitibana que costumo chamar, realmente não conhece o Paraná; eles sabem é comer dos impostos que vêm do interior do Paraná. Ou não é?

Qual é o Secretário de Estado que realmente é de Cascavel, é de Toledo, é de Clevelândia, ou de Londrina? Ou eles passaram lá?

Então, é por isso que falta sensibilidade. É por isso que, quando se abre um “bodegão” com a imprensa toda em roda, o Secretário tem que dizer: “Graças a Deus, mais três mil empregos”. Esquecido que, na bodeguinha da esquina, aquela que está falindo e que está fechando, o desemprego não é de três mil, é de muito mais.

Obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Respondendo seu aparte, nobre

Deputado, que passo a agradecer e vem ilustrar, muito bem, os paradoxos desta sociedade que, em plena semana em que se vai comemorar o “Dia do Trabalho”, acontecem todas estas coisas.

Mas, gostaria de lembrar também de que, lendo a “Gazeta do Povo”, de hoje, vemos que, em Santa Helena, grande aparato jornalístico e tudo, para entregar verba, ou início de entrega de verba de 170 milhões de cruzeiros para construir terminais turísticos, praias artificiais, para lazer, para atrair turistas, enquanto que, ao mesmo tempo em que se joga esta verba — não somos contra, tomara que tudo isso aconteça de fato — estão os agricultores acampados, pedindo ao Governo recursos para compra de área de terras, para que possam continuar trabalhando no Paraná, trabalhando naquilo que é a vocação deste País, e que é a vocação maior, que é a agricultura.

Ora, a prioridade para o Paraná é a agricultura, ou é o turismo? É o que perguntamos.

Tem razão Vossa Excelência em dizer do despreparo dos Secretários.

Mas, continuando, Sr. Presidente, a agricultura hoje sofre um processo de dominação pelo capital estrangeiro que se verifica, de um lado, nas indústrias que fornecem as matérias primas para produção e, de outro, as indústrias processadoras de produtos agrícolas, que compram as safras e em geral impõem os preços que querem aos agricultores.

Alberto Passos Guimarães mostra que, ao colocar-se entre esses dois poderosos grupos, por parte dos quais sofre crescente influência, a agricultura tende a tornar-se cada vez mais dependente de ambos.

De um lado, os agricultores são induzidos à utilização dos insumos e processos agropecuários, inclusive pressionados pelos próprios bancos, porque, se assim não fizerem, não recebem os empréstimos.

Isso, de um lado, que nem sempre esses insumos são os mais indicados para o seu nível de recursos e condições sócio-econômicas. Aumentam desnecessariamente seus custos de produção e o valor de suas dívidas. Suas opções tecnológicas foram limitadas aos tipos e marcos oferecidos no mercado, não sendo raro os casos de emprego ocioso, através de implementação de maquinário de campo e equipamentos modernos.

De outro lado, está a pressão dos compradores, processadores que podem levar os agricultores à perda de sua capacidade de decisão, uma vez que tendem plantar e colher os produtos que lhes forem pré-estabelecidos, submetendo-se a preços e condições no mercado imposto pelos grupos estrangeiros.

As subsidiárias das multinacionais atuam no mercado em condições de monopólio ou oligopólio, o que torna o seu domínio, dentro do complexo agro-industrial, ainda mais complexo.

Neste sistema, desaparecem as condições do pequeno produtor competir. E a acumulação de capital, acaba por moldar a mobilidade do trabalho, destruindo a estrutura de produção pré-existente, inviabiliza o pequeno produtor e gera um excedente de mão-de-obra que é aviltado como força de trabalho de baixo custo; ou é obrigado a mudar para novas fronteiras.

Efetivamente, a população do Estado, em 1980, esperava-se chegasse aos 10 milhões de habitantes. O resultado, no entanto, foi de 8 milhões. Apenas uma redução da expectativa de crescimento? Seria este o significado?

Não, Sr. Presidente. Esse é outro indicador do que aconteceu com os trabalhadores rurais deste Estado. Milhares estão hoje na Amazônia, no Paraguai, no Centro-Oeste, procurando um lugar para reiniciar suas vidas da estaca zero, para retomar o fio da sua história interrompida pela expulsão do tipo do modelo agrícola implantado neste País e sustentado por este Governo e por todos os que lhe dão sustento.

O Paraná perdeu de suas riquezas mais importantes, o braço forte do agricultor, sua disposição para o trabalho, seu empenho em produzir, e inclusiva, sua capacidade técnica de produção.

E isso não se repõe num curto espaço de tempo.

Não se reconstrói o tecido social rompido pela violência de uma política agrária que privilegiou a concentração da utilidade da terra em detrimento de interesses sociais mais altos.

E se isso não bastasse, o ex-Ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli, declarou orgulhosamente que a reforma agrária no País se deu automaticamente, porque conseguiram acabar com o minifúndio. Mas, na verdade, não se lembrou que à medida que acabaram com o minifúndio, o acabaram em privilégio do latifúndio desse câncer que domina a nossa sociedade, há 400 anos.

Nessa corrente de 40 milhões de migrantes, que percorre o País de cima para baixo, buscando trabalho, buscando a vida, estão também milhares de paranaenses. São as vítimas maiores deste Estado, em nome do milagre, em nome do progresso, sob a capa dos discursos ufanistas que tentaram fazer os algozes do nosso povo, verdadeiros heróis que produziram um milagre.

Não há milagre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há evidências que aqui estamos a mostrar: a crise econômica, social e política que vivemos hoje, não apenas a continuidade é a resultante daquele período. A dívida que temos que pagar hoje, foi contraída à época do "milagre" do Sr. Delfim Neto, que continua num posto até mais elevado. Foi promovido.

A insatisfação social que cresce, hoje, foi gerada na política econômica-financeira aplicada há 5, 10, 17 anos atrás, e imposta com o mando militar.

E, como já não acreditamos em milagres, a não ser aqueles produzidos autenticamente por Cristo; como já não acreditamos em mágicas que possam ser feitas sob o manto da violência mais gritante, desnuda-se o truque e surge, com nitidez, a face ilusionista. Era apenas um truque antigo o da dominação e o da penetração do capital estrangeiro, em todos os setores da vida econômica brasileira e que deu como frutos esse povo doente, essa massa de trabalhadores aviltada, massacrada por uma opressão econômica.

O surgimento do bóia-fria desencadeou um movimento depressão sobre o meio urbano. Deserdados da terra, expulsos pelo processo concentracionista da propriedade, também incham a periferia dos centros urbanos, onde continuam sua luta pela sobrevivência, pelo pedaço de terra que lhes sirva para morar. Constituem o grande exército de reserva de mão-de-obra que a industrialização paranaense, tão atrofiada como tantos outros projetos deste Governo, não consegue absorver. A miséria que se instala em nossas cidades é o prolongamento da miséria do homem do campo. O quadro se que se forma nas cidades paranaenses é resultado da desagregação da economia rural.

Este, disse no início, é o melhor retrato do trabalhador paranaense, hoje. São estes trabalhadores que no dia "primeiro de maio", por certo se lembrarão das promessas, das traições, de suas expectativas. Somos um povo de trabalhadores que está morrendo antes dos quarenta anos de idade no campo. Aos cinquenta, nas cidades. E que se reduz dia a dia, expulsos de sua terra, pela ganância ofensiva e irracional dos beneficiários do regime.

Entre 1970 e 1975, ampliou-se a ocupação total do solo do Paraná. As fronteiras agrícolas foram levadas até as fronteiras políticas do Estado. Mas, nesse mesmo período, passamos de 555 mil propriedades para cerca de 470 mil. uma evidência da concentração, um dado que esclarece nossos principais problemas.

Nestes anos, senhores, os órgãos oficiais tudo fizeram para estimular este processo. Não se viu, raras as exceções no País, momentos em que o INCRA e o próprio Poder Judiciário tenham intervido para fazer valer os direitos do uso social da terra. E não lhes faltam instrumentos jurídicos formais para tanto. A aplicação do Estatuto da Terra, hoje, no País, seria suficiente para colocar as áreas necessárias à modificação fundiária de nossa agricultura do ponto de vista dos interesses dos pequenos produtores, dos trabalhadores, daqueles que extraem da terra as riquezas necessárias à sociedade.

Mas, o Estatuto da Terra, como todos os diplomas legais que protegem certos direitos do trabalhador, é letra morta.

No Brasil, ao invés de melhorar a distribuição da propriedade da terra, os latifúndios se expandem, não só em detrimento dos sitiantes, mas inclusive das chamadas empresas rurais. Se as reivindicações de reforma agrária continuam a ser inaceitáveis é porque os agrupamentos sociais, os fósseis latifundiários, continuam com muitas cadeiras cativas no Poder. Ainda não se configurou no País uma situação política que levasse as classes dominantes a sacrificar a sua ala mais parasita: a dos que vivem da renda fundiária.

O Governador Ney Braga, em sua posse, prometeu dedicar seu período de Governo à ampliação do bem-estar social, à elevação da qualidade de vida dos paranaenses.

Esta promessa, observada hoje perante a realidade social do Estado, soa como acinte sobre a massa de trabalhadores rurais do Paraná. Soa como afirmação que tripudia sobre a miséria de nosso povo, dos pequenos proprietários que perderam suas terras, sua história e foram expulsos do Paraná.

Atenta contra a consciência dos democratas paranaenses que vêem o Governo procurando se eximir de suas responsabilidades perante situações como a dos desapropriados de Itaipu, ou como a situação dos expropriados do "Quinhão 11", do Município de Sertaneja. Nesta semana em que se comemora, em todo o mundo, o "Dia do Trabalho", soa como escárnio sobre a miséria, sobre a superexploração da força de trabalho no Paraná.

Não há outra saída viável, senhores, para resolver não só o problema agrário brasileiro, como para encaminhar todas as soluções dos problemas brasileiros, que a realização de uma reforma agrária ampla, profunda, que devolva ao País sua capacidade produtiva e aos seus trabalhadores na terra, o direito de

produzir.

A solução não é jurídica. A solução não se espera deste Governo. A solução, senhores, é política. Estamos diante de um quadro que demonstra a sociedade brasileira que enfrentar o problema agrário e camponês no País se fará pela única via possível: e esta é a via política, que por sua vez, não poderá fazer-se sem que haja uma decisão global de apossamento de nossa história pelos brasileiros até agora marginalizados, inclusive do processo político brasileiro.

Esta é a compreensão do meu Partido, o PMDB, para o problema agrário no País. Seu programa se fundamenta nas aspirações mais vivas de nosso Povo. E é com sua perspectiva de resolver politicamente esta questão, para aplicação de uma reforma agrária real, ampla, decisiva, que vimos hoje a esta tribuna homenagear os trabalhadores rurais e todos os trabalhadores brasileiros. Certo de que nossa responsabilidade maior, é a de representar a esperança.

A esperança que aponta para o fim das condições que até aqui produziram a morte, a doença, a desesperança. Caminhando para os dias em que o trabalho se porá acima dos interesses do capital. Em que o homem, certamente, será levado em conta não apenas no momento do discurso demagógico, mas em todos os momentos das decisões políticas, porque o Poder será inspirado na perspectiva democrática, popular e nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Concedo os dez minutos restantes do PMDB ao nobre Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Como em todos os anos, também neste primeiro de maio, o Governo vai procurar promover festividades que desviem o trabalhador das comemorações próprias da classe. Um torneio de futebol, envolvendo as equipes do Atlético Paranaense, Coritiba, Vasco da Gama e Cruzeiro, está programada para esta noite no Estádio Couto Pereira.

Ora, Srs. Parlamentares, vê-se agora que nem mesmo a tática diversionista tem perspectiva de sucesso. Pois acima de qualquer interesse, se pôs o do empresário, do negociante, que deverá levar os lucros auferidos nesse jogo. E esse empresário, mais preocupado em fazer bom dinheiro que em desviar a atenção da massa, estabeleceu os preços dos ingressos em 300 e 500 cruzeiros, um preço que todos devem concordar, está muito acima das possibilidades aquisitivas do trabalhador curitibano.

Em Curitiba, senhores, 40 por cento dos que trabalham, recebem menos que um salário mínimo por mês. Em Curitiba temos a menor renda per capita entre as regiões metropolitanas. Em Curitiba, a taxa do desemprego está por volta de 10,6 por cento da população economicamente ativa.

Mas o empresário quer lucros, nunca prejuízos.

O futebol do "Dia do Trabalho", identificado assim, programado desta forma, não será para os trabalhadores que não podem pagar este preço de ingresso. Será para as camadas privilegiadas da população que terão um dia preenchido enquanto os trabalhadores comemoram o seu dia, amargando o arrocho salarial, o desemprego, o alto custo de vida. Um bom dia para o empresário que, sem riscos, pode obter bom lucro. Em períodos de crise, procura-se montar o circo para o povo, de forma a anestesiá-lo as suas pressões reivindicatórias.

Estes fatos, Srs. Deputados, tão simples, tão corriqueiros, denunciam mais uma vez o caráter anti-democrático e anti-popular desta sociedade. Tão anti-democrática, tão anti-popular, que não considera para suas comemorações farsantes do "Dia do Trabalho" a imensa maioria que não pode pagar 300 ou 500 cruzeiros de entrada no campo de futebol.

Mas, o "primeiro de maio" festivo, alegre, "primeiro de maio" de portões abertos nos estádios, ainda estão por ser conquistados. Por isso, os trabalhadores estarão na comemoração unitária na Vila Nossa Senhora da Luz, lutando por tempos melhores em que o esporte também recupere a sua dignidade, sua nobreza, como todas as atividades do homem, sendo o centro o trabalho.

Este dia está por chegar, senhores.

Nós só queremos registrar aqui, desta tribuna, deste plenário, para que não passe despercebida uma jogada do plenário, que ainda ontem falava em nome da Secretaria de Esporte e da Cultura e que hoje já falava em seu nome pessoal, dizendo que não se trata de uma promoção mais do Governo e da Secretaria, que é o risco do próprio empresário, que ele quer lucros. Ele já definiu a forma de ganhar dinheiro em cima do povo do Paraná. Não do trabalhador paranaense, porque o trabalhador não tem dinheiro para ir ao campo de futebol pagar 300, pagar 500 por um ingresso. Mas vai ganhar em cima do próprio empresário paranaense, daquele empresário que tem o dinheiro para pagar uma entrada deste tipo, deste preço, num campo de futebol.

O trabalhador paranaense, este vai ficar naturalmente a comemorar, através de suas reuniões em associações de bairros e nada mais do que isto.

O Governo do Paraná deveria ser sensível e abrir os campos de futebol para que uma festa pudesse ser coroada de êxito e que livremente, com entrada franca, o trabalhador pudesse então participar.

Chamar de Quadrangular do Trabalhador, é mentir para a nossa população, é mentir para o nosso povo, e, o que é pior, o empresário, além de pagar 1200 cruzeiros por partida para o Vasco da Gama, quer dizer, 2400, vai pagar mais 2400 para o Cruzeiro. Além disto, paga uma cota de menos de mil cruzeiros para os times do Paraná, para o Atlético Paranaense e para o Coritiba.

É uma enganação violenta, uma verdadeira tapeação e que leva ainda a marca, o carimbo, da Secretaria de Esporte e Cultura do nosso Estado. É lamentável sob todos os aspectos. Fica aqui o nosso protesto pela mentira que se impõe com o nome Quadrangular do Trabalhador é Quadrangular do Empresário.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Consulto à Liderança do PTB se pretende usar seu horário.

Ausente, consulto a Liderança do PP. Com a palavra, o nobre Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente.

Apenas para fazer um registro, para que fique nos Anais desta Casa. (Lê):

"Repercutiu intensamente em todo o País a notícia da demissão do empresário Mário Garnero das funções de Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores e da Diretoria da Volkswagen.

Mário Garnero na mesma oportunidade colocou à disposição do Presidente da República, o cargo de membro da Comissão Nacional de Energia, para o qual havia sido escolhido como representante da iniciativa privada.

Garnero afirmou que, desde fins de dezembro, vinha pensando em deixar a Volkswagen, por ter assistido pela TV que a fábrica estava anunciando a dispensa de empregados.

Garnero disse entender que o maior problema nacional é o da inflação e que todos, principalmente as grandes empresas, têm obrigação de combatê-la.

Reporto-me a este fato por entender que atitudes como essas, ainda que isoladas, devem merecer a nossa atenção.

Cabe pesquisar profundamente a atitude desse empresário

pouco mais de 40 anos que se demite de funções de grande importância, pelo fato de ter pensado no empregado, por não ter concordado com as dispensas dos trabalhadores da Volkswagen.

O fato é grave e sério ao mesmo tempo.

O exemplo do empresário Mário Garnero visto pelo lado humano leva-nos a meditar seriamente sobre o assunto.

O exemplo deixado, na função de empresário, faz com que sintamos que a referida empresa multinacional poderá muito bem contornar o problema, sem que tenha, necessariamente, que provocar um desemprego desta ordem.

Faço o registro para demonstrar a minha satisfação por atitude dessa natureza, na esperança que o empresário Mário Garnero mantenha tal atitude, e mais do que isto, possa vir a ser quem sabe o responsável pela manutenção dos empregados, fazendo com que a Volkswagen e outras saibam também enfrentar as crises".

É um caso que aparece isolado, é um caso que aparece como trazendo uma vítima, um jovem empresário, como disse, com pouco mais de 40 anos, que acaba demitindo-se de funções de tão grande importância, mas divulgando aberta e publicamente ao País inteiro porque assim agiu. E entendo que cabe também, que nos conscientizemos desses fatos, examinemos profundamente e sintamos até que ponto é possível a participação mais ativa da classe política em problemas dessa natureza.

Fica assim o meu registro, desta tribuna.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) No horário da Liderança do PDS, concedo a palavra ao nobre Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna para fazer dela o encaminhamento de um requerimento que achei oportuno, na sessão de hoje, para apreciação desta Casa.

Todos os Srs. Deputados têm ciência, principalmente aqueles que participam diretamente e os que assim não fazem, indiretamente, dos sérios problemas que os municípios recém-criados estão atravessando.

Municípios recém-criados, como por exemplo, Douradina, que foi criado ainda no exercício de 1978, mais precisamente falando, no mês de setembro de 1978. E estes municípios, e daí para frente, outros municípios foram criados, no ano de 1979, e alguns no primeiro trimestre de 80.

E esses municípios, esperavam a sua instalação conforme a Lei regia, nas próximas eleições que deveriam ocorrer no ano passado.

E, com a Emenda Constitucional número 14, que prorrogou o mandato dos prefeitos e vereadores, criou, para esses municípios, uma situação muito difícil, pois é óbvio, natural e até compreensível, que os Prefeitos dos municípios que dão origem a novos municípios, desde a hora em que o novo município se tornou independente juridicamente — e é uma questão de tempo a sua instalação — deixaram de ter interesse na administração desses novos municípios.

Conseqüentemente, os municípios, moradores nos futuros e novos municípios, também perderam o entusiasmo de contribuir com seus impostos, pois sabem que é um dinheiro que vai e não vem.

Essa situação administrativa tornou-se muito difícil e se agrava, a cada dia que passa, também no seu aspecto político. Pois, apesar desse desentendimento administrativo-econômico, surgido entre os novos, futuros e os velhos municípios, os novos estão subordinados politicamente, criando um embaraço e uma dificuldade terrível aos municípios, principalmente

dos novos municípios.

Diante desse quadro é que entendemos fazer um requerimento dirigido a Sua Excelência o Sr. Ministro da Justiça, cujo teor é o seguinte. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos do Regimento Interno, REQUER seja endereçado ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Justiça, um expediente saientando a necessidade de serem tomadas as providências urgentes e adequadas, no sentido de dotar os municípios criados e não instalados, de agentes administradores provisórios, capazes de estruturá-los, estabelecerem a competente organização dos seus serviços e encaminharem os seus interesses, conforme justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1981.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

Funda-se o presente apelo nos indesejáveis efeitos secundários, criados pela Emenda Constitucional número 14, que prorrogou os mandatos dos atuais prefeitos e vereadores, traduzidos na impossibilidade da constituição dos órgãos político-administrativos de oito municípios, no Paraná, e dezenas de outros no território nacional.

Em conseqüência, as populações que aguardaram ansiosamente a realização da autonomia de suas localidades, viram frustradas as suas aspirações políticas na medida em que permanecem sob a antiga jurisdição. Arcam, ainda, com a inconveniência de prosseguir contribuindo para os cofres de uma administração que, à vista do processo emancipador, perdeu todo e qualquer interesse em ali desenvolver projetos, complementar obras ou iniciar outras, requeridas pelo bem-estar coletivo.

Tal discriminação pode gerar conflitos de proporções entre comunidades agora politicamente diferenciadas, porém integradas sob o mesmo centro de poder.

Para obviar tais conseqüências negativas, sob todos os aspectos, é justo esperar do Ministério da Justiça uma ação pronta e viável, tendente a contornar um resultado imprevisto na elaboração da Emenda número 14, e que se impõe como medida prioritária, sob o império da necessidade pública e da paz social".

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Augusto Carneiro, gostaria, imensamente, de apoiar o seu requerimento, e dizer que, realmente, a situação ficou esdrúxula, em municípios e que aguardavam — a expectativa na ocasião era essa — as eleições de 1980 e que foram, posteriormente prorrogadas para o ano de 1982.

Vossa Excelência sabe que, especificamente, o Município de Douradina, onde tivemos a satisfação e o prazer de, juntos com Vossa Excelência, fazermos uma campanha política naquele distrito, hoje município, e tivemos, como Vossa Excelência, também o prazer de trabalhar para a criação desse município em 1978, concordo com Vossa Excelência e acho que realmente, a situação é insustentável.

Ou o Ministério competente, no caso o da Justiça, rapidamente providencia uma forma de que se estabeleçam pessoas aptas e capazes de dirigirem, provisoriamente, até a instalação que se fará com a eleição de prefeitos desses municípios, ou teremos que solicitar uma medida de caráter emergencial ao Sr. Governador Ney Braga, para que possamos complementar, para que possamos ter condições de que essas comunidades não tenham grandes prejuízos, que os órgãos estatais, as Secretarias de Estado possam complementar a ausência da atuação dos municípios como Vossa Excelência denominou, municípios-mães, porque não é justo que essas comunidades, após conseguirem a sua independência dos municípios que até então pertenciam, venham agora, durante um longo tempo, porque

não é problema de dizermos que no próximo ano haverá eleições e que falta para isso apenas mais 17 ou 18 meses, mas é que já vem essa situação de dois anos para cá.

No caso específico de Douradina, de 78 para cá, vai completar 4 anos no próximo ano, em que as lideranças políticas daquele município, através do Manoel e demais companheiros de lá, vêm sendo altamente prejudicados, porque não têm a menor condição de verem atendidas alguma das reivindicações mais simples daquele distrito. Vossa Excelência como eu, que conhece bem Douradina, sabe que as ruas são intransitáveis, porque uma máquina passou lá, só quando o Estado mandou, através do DER de Umuarama.

Portanto, Deputado Augusto Carneiro, é muito oportuno o seu requerimento e nós poderemos apenas endossá-lo e dizer que Vossa Excelência como membro da Mesa, por certo será aprovado, o faça através de Telex com a maior urgência e pedindo inclusive, não sei se Vossa Excelência faz essa ressalva no requerimento, que o Ministro, por favor dê uma resposta o mais breve possível, positiva ou negativa, se ver que não há condições legais de se estabelecer uma forma temporária e de que se nomeie através do Governo do Estado, um representante, um homem que seria um interventor, por curto espaço de tempo neste município até que possamos tomar outras medidas para que essas comunidades não tenham, durante tanto tempo, as dificuldades que têm enfrentado até aqui.

Obrigado pelo aparte que Vossa Excelência me concedeu e quero mais uma vez dizer da oportunidade do seu requerimento.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Agradeço o aparte do nobre

Deputado, deixando claro mais uma vez de que o requerimento nosso pede urgentes providências para que seja realmente tomada uma decisão neste assunto com a maior urgência possível, porque o caso requer esta urgência.

É a justificativa que apresentamos neste requerimento e é um problema que existe de fato, é um problema que está concreto e que a cada dia que se passar sem providências tomadas, a tendência é se agravar todo o dia esse problema de conflito administrativo e político entre os municípios mães e os municípios filhos e é por isso que nós esperamos que os Srs. Deputados, por esta Casa, aprovelem este requerimento, na tentativa de estimular o Sr. Ministro da Justiça, para que ele possa compreender e sentir o problema como nós que militamos nele, sentimos e vivemos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 142/80, de autoria do Deputado JOSÉ TAVARES, que dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de declaração de bens para quem assumir no Poder Executivo, função ou cargo em comissão, bem como outros titulares de cargos públicos, e dá outras providências que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 181/80, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de Utilidade Pública o “Grupo Espírita Lins de Vasconcelos”, com sede na Cidade de Jandaia do Sul. Parecer FAVORÁVEL

da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 181/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o GRUPO ESPÍRITA LINS DE VASCONCELOS, com sede na cidade de Jandaia do Sul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1.980.

a) Gilberto Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

É sua finalidade o estudo teórico e prático do espiritismo, a criação de escolas, hospitais, albergues, asilos, creches e outras finalidades de caráter filantrópicos em prol da coletividade de Jandaia do Sul.

Desta forma, apresentamos o presente plano de Lei, à consideração dos nobres Pares, esperando que se lhe dê o devido apoio e posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 181/80

De autoria do Ilustre Deputado GILBERTO CARVALHO, o presente Projeto de Lei n.º 181/80, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o GRUPO ESPÍRITA LINS DE VASCONCELOS, com sede na cidade de Jandaia do Sul.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 9 de abril de 1.981.

aa) Airton Cordeiro, Presidente;

Jurandir Messias, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 191/80, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA, que declara de utilidade pública o “Serviço de Assistência Social Bom Samaritano — S.A.S.B.S.”, com sede em Guaratuba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 191/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BOM SAMARITANO — “SASBS”, com sede na cidade de Guaratuba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1.980.

a) Quielse Crisóstomo da Silva.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação Federal e Estadual reguladora da matéria.

É sua finalidade manter assistência integral aos necessitados, através de concessão de auxílios, alimentação, pou-sadas, agasalhos, medicamentos, assistência médica e hospitalar, aconselhamento e orientação moral e espiritual aos ne-

cessitados.

Desta forma, apresentamos o presente plano de lei, à consideração dos nobres Pares, esperando que se lhe dê o devido apoio e posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 191/80

1. — A Lei n.º 6994 de 10.01.1978, que dispõe sobre normas para declaração de utilidade pública, entre outros, exige os seguintes requisitos:

- a) possuam personalidade jurídica há mais de 1 ano;
- b) estejam em efetivo exercício e sirvam desinteressadamente à coletividade, em fiel observância de seus fins estatutários;
- c) que não sejam remunerados a qualquer tipo os cargos exercidos por seus diretores;

d) que, comprovadamente, mediante relatório apresentado, promovam a educação, assistência social, ou seja, prestem serviços de caráter geral e indiscriminatório.

2. — No exame da documentação que acompanha o presente Projeto de Lei, vemos que:

a) a mesma preenche em todos os itens, previstos e exigidos em Lei os requisitos mínimos indispensáveis para que possa vir a ser declarada de utilidade pública;

b) Face aos expostos, não nos resta senão opinarmos favoravelmente no sentido da aprovação do presente Projeto de Lei.

Somos, portanto, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 9 de abril de 1.981

aa) Airton Cordeiro, Presidente;

Gabriel Sampaio, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 194/80, de autoria do Deputado DENI SCHWARTZ, que declara de utilidade pública a “APAE — Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais”, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 194/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a APAE — Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro em Francisco Beltrão.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de dezembro de 1.980

a) Deni Lineu Schwartz.

JUSTIFICATIVA:

A APAE — Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro na cidade de Francisco Beltrão, neste Estado, vem prestando, desde a sua fundação, em 1.976, inestimáveis serviços assistenciais às crianças excepcionais, indiscriminadamente, de onde quer que se encontrem.

No cumprimento dos seus fins, sempre procurando proporcionar uma vida digna à criança excepcional, mantém em Francisco Beltrão a Escola Especializada Mundo Colorido, para atendimento a crianças deficientes mentais e auditivos, tendo sob seus cuidados, atualmente, 13 (treze) crianças deficientes auditivos, e mais 27 (vinte e sete) crianças deficientes mentais.

A amplitude das metas e fins sociais da entidade, dispensa-nos de maiores considerações sobre o mérito da medida que estamos propondo, para o qual esperamos contar com o apoio dos nobres colegas Deputados com assento nesta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 194/80

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAE, de Francisco Beltrão, por iniciativa do ilustre Deputado Deni Lineu Schwartz, habilita-se à declaração de utilidade pública.

Não apenas a justificação do projeto indica os elementos constitutivos da simpática entidade, como, em apenso, encontra-se abundante documentação comprobatória de que ela preenche todas as exigências da Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1.978, que estabelece as normas para a declaração em apreço.

Além disso, a iniciativa está entre aquelas de competência do deputado e sua apresentação formal atende às regras regimentais.

Em face do exposto, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 9 de abril de 1.981.

aa) Airton Cordeiro, Presidente;

Fidelcino Tolentino, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 01/81, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a “Sociedade Columbófila de Curitiba”, com sede na Capital do Estado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., com EMENDA SUBSTITUTIVA, por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 01/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — É declarada de utilidade pública, a SOCIEDADE COLUMBÓFILA DE CURITIBA, com sede na Capital do Estado.

Art. 2.º — Esta lei vigorará à data de sua publicação

Sala das Sessões, em 10 de março de 1.981

a) Fabiano Braga Côrtes.

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Columbófila de Curitiba, fundada na Capital do Estado a 1.º de março de 1.977, tem participado de sem número de atividades esportivas e cívicas, consubstanciadas em exposições ornamentais, revoadas e campeonatos. Nota-se, com perfeição, da documentação que acompanha o presente Projeto de Lei, que a sociedade jamais realizou manobras impróprias ou inábeis que pudessem empanar o brilho de suas atividades, respeitando as lei e trazendo benefícios à comunidade.

Teve seus Estatutos aprovados e registrados e seu funcionamento devidamente autorizado pelo Poder Público.

Ademais, preenche corretamente os pressupostos legais vigentes para declaração de utilidade pública, em especial os da Lei 6994 de 1.978, que regula a concessão de tal benefício.

Desta forma, está o presente plano a merecer o acatamento desta Assembléia Legislativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 01/81

I — Visa o presente Plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, declarar de utilidade pública a “SOCIEDADE COLUMBÓFILA DE CURITIBA”, com sede e foro nesta Capital.

II — Examinando a vasta documentação que acompanha a referida proposição, verificamos que a entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a matéria.

III — Nestas condições, não encontramos qualquer impedimento de ordem legal ou constitucional, que se possa antepor à referida matéria.

IV – Somos, pois, pela sua APROVAÇÃO, na forma do Substitutivo Geral anexo, que atende a técnica legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 9 de março de 1.981.

aa) Airton Cordeiro, Presidente;
Adalberto Daros, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n.º 01/81.

Art. 1.º – Fica declarada de utilidade pública a “SOCIEDADE COLUMBÓFILA DE CURITIBA”, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 9 de abril de 1.981.

a) Adalberto Daros.

1.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 04/81, de autoria do Deputado FIDELCINO TOLENTINO, que declara de utilidade pública o “Teatro de Comédias Dom Bosco – TECOMBO”, com sede na Cidade de Cascavel. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 04/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – Fica declarado de Utilidade Pública o TEATRO DE COMÉDIAS “DOM BOSCO” – TECOMBO, com sede na cidade de Cascavel.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1.981.

a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

Os estatutos do Teatro de Comédias “Dom Bosco” – TECOMBO, que anexamos ao presente, juntamente com os demais documentos fundamentam e esclarecem as finalidades e a atuação do mesmo a mais de um ano.

As atividades que o referido teatro vem desenvolvendo desde 13 de março de 1.979, conforme consta no Estatuto, registrado sob n.º 199 do livro – A – do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, justificam plenamente a nossa pretensão de torná-lo de utilidade pública.

Face ao exposto, estamos convictos de que o presente Projeto de Lei merecerá apoio dos nobres Deputados.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 04/81

1. – Visa o presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado FIDELCINO TOLENTINO, declarar de utilidade pública o Teatro de Comédia “Dom Bosco” – TECOMBO, com sede e foro na cidade de Cascavel.

2. – A documentação que acompanha o referido Projeto, comprova que a Entidade preenche os requisitos exigidos pela Lei que regulamenta a matéria em foco, razão porque somos favoráveis à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 9 de abril de 1.981.

aa) Airton Cordeiro, Presidente,
Waldyr Pugliesi, Relator.

1.ª DISCUSSÃO – do Projeto de lei n.º 09/81, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a “Associação dos Funcionários da Junta Comercial do Paraná”, com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 09/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ”, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1.981.

a) Erondy Silvério.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública é uma Associação que visa prestar assistência aos servidores da Junta Comercial de nosso Estado no campo social e recreativo, conforme preceitua os seus estatutos sociais.

A documentação que anexamos ao presente processo comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais previstos na legislação que regula o instituto da utilidade pública em nosso Estado.

Com isso apresentamos plano de lei que temos certeza contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 09/81

De autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, o presente projeto de lei n.º 09/81, tem por finalidade declarar de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ”, com sede e foro na cidade de Curitiba.

A justificativa apresentada pelo seu autor, bem como a documentação inserida no processo, comprovam o preenchimento, pela entidade, dos requisitos essenciais exigidos pela legislação de utilidade pública.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões em 09 de abril de 1.981.

aa) Airton Cordeiro, Presidente;
Basílio Zanusso, Relator.

O SR. PRESIDENTE – (Gilberto Carvalho) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 18/81. – Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Delegado Regional do Trabalho, em nosso Estado, encarecendo a intervenção da Delegacia junto à empresa apucaranaense BALANÇA AÇORES, pertencente à RAUPP & CIA. LTDA, visando resguardar os interesses de cerca de 30 (trinta) operários que foram sumariamente despedidos. Aprovado.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO – (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH – (Pela ordem) Prioritariamente pelo Regimento Interno, solicitamos a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE – (Gilberto Carvalho) Deferida a Questão de Ordem levantada por Vossa Excelência e solicitado ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (Procede a chamada nominal

dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) 27 Srs. Deputados responderam a chamada nominal.

Não há “quorum” para votação, e sim para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Coronel Haroldo Ferreira Dias, Secretário de Segurança Pública e ao Sr. Diretor da Polícia Civil, encarecendo providências a fim de que sejam apurados os furtos que vêm ocorrendo em Campo Largo.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — (Pela ordem) Havia, antes da chamada nominal, solicitado a Vossa Excelência verificação de votação do requerimento em que o Líder da Bancada da Oposição requereu chamada nominal para, em seguida, a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Nobre Deputado, foi constatado que não há “quorum” para votação, por conseguinte, fica transferido para a próxima sessão. Não foi aprovado.

Encerrada a discussão do requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo Auxílio Financeiro para construção de Terminal Rodoviário no Município de Jesuitas. Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Ministro da Justiça, encarecendo imediatas providências no sentido de sanar o impasse que atravessa os municípios recém criados. Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao Sr. Presidente da República, manifestando o total apoio dos integrantes da Assembléia Legislativa do Paraná, ao processo de abertura democrática em curso. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais deste Poder, do depoimento do Secretário da Agricultura, aos jornais “Gazeta do Povo” e “Diário Popular”, analisando a situação econômica do País. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de apoio e solidariedade aos funcionários da IMPLASP e MODELO, que entraram em greve, como única fórmula e tentativa para a solução do impasse gerado em torno do atraso do pagamento dos salários. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em

pedido de informações, sobre a intensa publicidade do Estado em veículos de comunicação da rede privada. Em discussão.

O SR. LINEU TURRA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Independente da interpretação que possa ser dada, mas, regimentalmente, sendo possível, nós notamos que o quorum já não é mais condizente nem para a continuidade da sessão. E, para não ser indelicado com o orador que iria à Tribuna, e fazer esta intervenção enquanto ele estivesse proferindo a sua manifestação, nós pedimos mais uma vez a chamada nominal, para averiguação de quorum. Porque, ao que consta, não há número suficiente para continuidade da sessão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Procede a Questão de Ordem de Vossa Excelência.

O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Responderam a chamada 12 Srs. Deputados.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 30, quinta-feira, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 181, 191 e 194/80; e, 01, 04 e 09/81.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 10, 14, 21 e 23/81; e, de Resolução n.º 18/81.

Levanta-se a sessão.

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 162/81
autorizar, JACIRA DOS REIS FROES DA MOTTA, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3—C, de Assessor Parlamentar, como lotação no Gabinete do Deputado Gabriel Sampaio, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 30 de janeiro de 1.981.

(Protoc. n.º 933)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 163/81
I — revogar o Decreto Legislativo n.º 060/80, de 04 de fevereiro de 1.980, que designou para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 1.ª Vice-Presidência, a funcionária JULIA JOLINSKI DE PAULA, matrícula n.º 560, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 1.º de abril de 1.981.
II — revogar o Decreto Legislativo n.º 139/79,

de 23 de fevereiro de 1.979, que designou para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 1.^a Vice-Presidência, a funcionária JANET DA SILVA SANTOS, matrícula n.º 338, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 1.º de abril de 1.981.

(Protoc. n.º 2096)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 164/81
revogar o Decreto Legislativo n.º 322/80, que designou para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da Presidência, o funcionário SERGIO MANOEL POPLADE CERCAL, matrícula n.º 484, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 2299)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29.04.1.981.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente.

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário.

ATOS DA DIREÇÃO GERAL

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

PORTARIA N.º 338/81

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 058/81, ao funcionário JORGE KUDRI, matrícula n.º 286, ocupante do cargo de Assessor Técnico C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 2871)

PORTARIA N.º 339/81

designar, TEREZINHA GUARIENTI, funcionária contratada deste Poder, para prestar serviços como Datilógrafa, no Gabinete do Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, a partir de 25 de março de 1.981.

(Protoc. n.º 751)

PORTARIA N.º 340/81

designar, WALTER SPENA DE MACEDO, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços como Datilógrafo, no Gabinete do Deputado João Mansur, a partir de 29 de janeiro de 1.981.

(Protoc. n.º 532)

PORTARIA N.º 341/81

transferir para o período de 1.º a 30 de dezembro de 1.981, as férias concedidas pela Portaria n.º 059/81, ao funcionário ELI MOCELIN CECCON, contratado deste Poder.

(Protoc. n.º 2985)

Gabinete da Diretoria Geral, em 29.04.1.981.

a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
DIRETOR GERAL